

Revista Brasileira de Comercio Exterior

# RBCCE

A revista da FUNCEX

Ano XXIX  
**125**  
Outubro/  
Novembro/  
Dezembro de 2015

## ARGENTINA

A economia em seu labirinto

## O NOVO MUNDO

Do comércio internacional

## BRASIL

Economia política das políticas comerciais: será que um dia ela irá mudar?

## COOPERAÇÃO TRIANGULAR

Desenhando  
um modelo de  
equilíbrio

COMÉRCIO  
EXTERIOR DE  
SERVIÇOS:  
Siscoserv  
e Fretes



# A economia da Argentina em seu labirinto



José María Fanelli



Ramiro Albrieu

## José María Fanelli

é professor da Universidade de Buenos Aires e pesquisador titular do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)

## Ramiro Albrieu

é professor da Universidade de Buenos Aires e pesquisador associado do Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)

“Nada é mais elástico do que a economia”, disse o general Perón a Carlos Ibañez, então presidente do Chile, em 1953. Sendo reducionistas ao extremo, poderíamos dizer que o segundo governo de Cristina Kirchner levou ao pé da letra essa afirmação, que pressupõe que a vontade política está acima de determinados princípios básicos da economia. Será que a economia é assim tão resistente? Na visão ou na “narrativa” do governo atual, sim. Mas o problema é que a realidade tem pouco a ver com essa narrativa.

A economia argentina enfrenta hoje desequilíbrios tão profundos que, mais do que incertezas sobre os detalhes da política econômica do próximo governo, existe uma certeza que é compartilhada de forma unânime pelos tomadores de decisão: os desequilíbrios não deixam nenhuma margem para o voluntarismo, e as novas autoridades serão obrigadas a iniciar sua gestão implementando medidas que não são agradáveis para nenhum governo, devido aos custos políticos implicados.

A seguir, descrevemos os desequilíbrios, caracterizamos os obstáculos que as autoridades terão de enfrentar e as margens de ação de que elas dispõem. O argumento central que defenderemos é o de que a Argentina enfrenta uma situação de falta de liquidez externa muito grave, mas que a sua posição de solvência é muito boa. Portanto, o cerne do desafio é como superar a falta de liquidez de modo a poder aproveitar a posição de solvência em *prol* do crescimento.

## DOIS DESEQUILÍBRIOS BÁSICOS: AS VULNERABILIDADES FISCAL E EXTERNA

O núcleo central do “modelo” que deu fundamentos à narrativa governamental pode ser resumido simplesmente assim: o consumo é o que impulsiona a economia, e, portanto, se o consumo sobe, as empresas investem e a economia cresce. Também se assumiu que a melhor maneira de estimular o consumo é a redistribuição de renda em favor dos assalariados e daqueles que dependem de transferências do Estado, seja através de aposentadorias ou de subsídios específicos. Os instrumentos utilizados para alcançar esses resultados foram a manipulação dos preços relativos e o aumento da despesa pública. Por outro lado, com base no argumento de que, para gerar empregos, é necessário que o consumo e o investimento beneficiem, em primeiro lugar, os produtores nacionais, recorreu-se à proteção da indústria nacional.



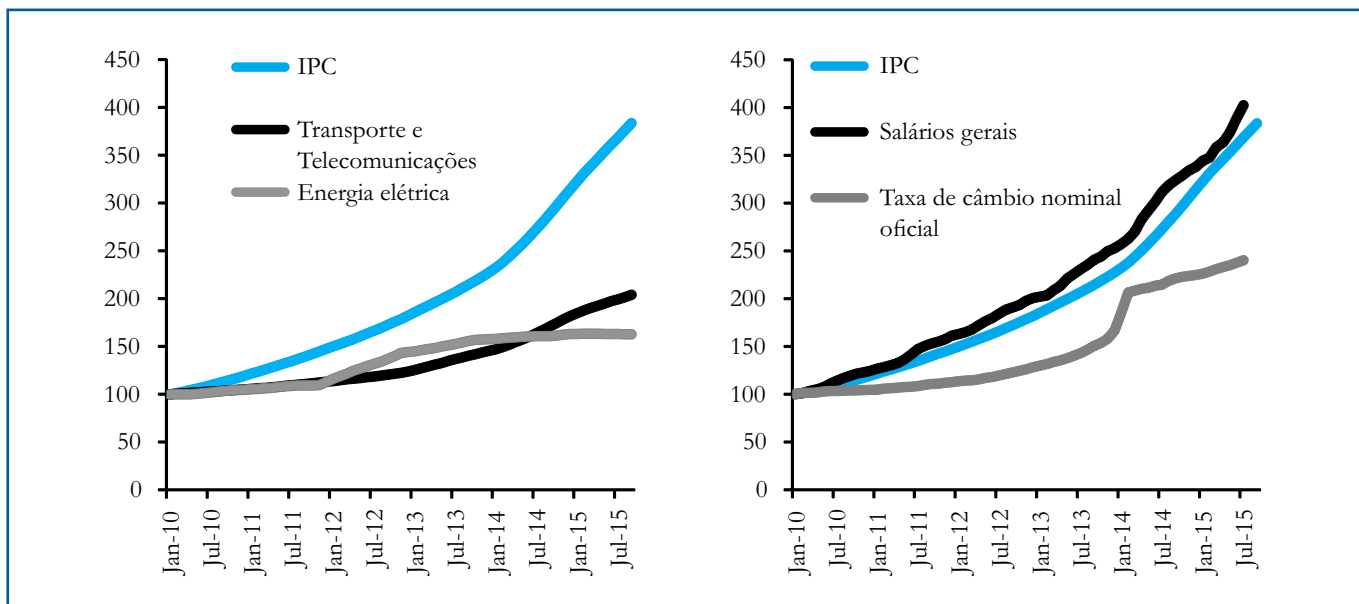
Como pode ser visto no **Gráfico 1**, a manipulação das políticas salarial, cambial e de tarifas foi muito ativa e persistente: os preços dos serviços públicos se defasaram em relação ao Índice de Preços ao Consumidor total (gráfico da esquerda), assim como a taxa de câmbio

(gráfico da direita), enquanto que os salários subiram acima da inflação.

O **Gráfico 2** mostra a evolução dos preços relativos que resultou dessa dinâmica e as suas consequências para as contas orçamentárias e para o saldo da conta corrente. Por um lado, o atraso tarifário afetou fortemente as contas fiscais, que passaram de superavitárias para deficitárias. Em um contexto de aumento dos custos, o gasto público com subsídios se multiplicou, passando de 1% do PIB em 2009-2010 para 5% do PIB em 2014-2015. Por outro lado, a aceleração da inflação com a taxa de câmbio como âncora nominal causou sérios danos à competitividade externa, levando o resultado da conta corrente para valores negativos a partir de 2011, juntamente com uma valorização persistente da taxa de câmbio real. Um fator crítico para o setor externo foram os subsídios desmedidos à energia, o que causou um déficit permanente na conta comercial energética.

A partir do que foi exposto acima, temos que, em 2011, já era evidente que a dinâmica de comportamento do déficit fiscal e da taxa de câmbio real era insustentável. O déficit aumentava de forma constante, apesar de a pressão tributária ter aumentado cerca de 7 pontos percentuais do PIB e apesar, também, de o imposto inflacionário estar subindo, impulsionado pelo aumento da inflação, e se situar, já nessa data, acima de dois pon-

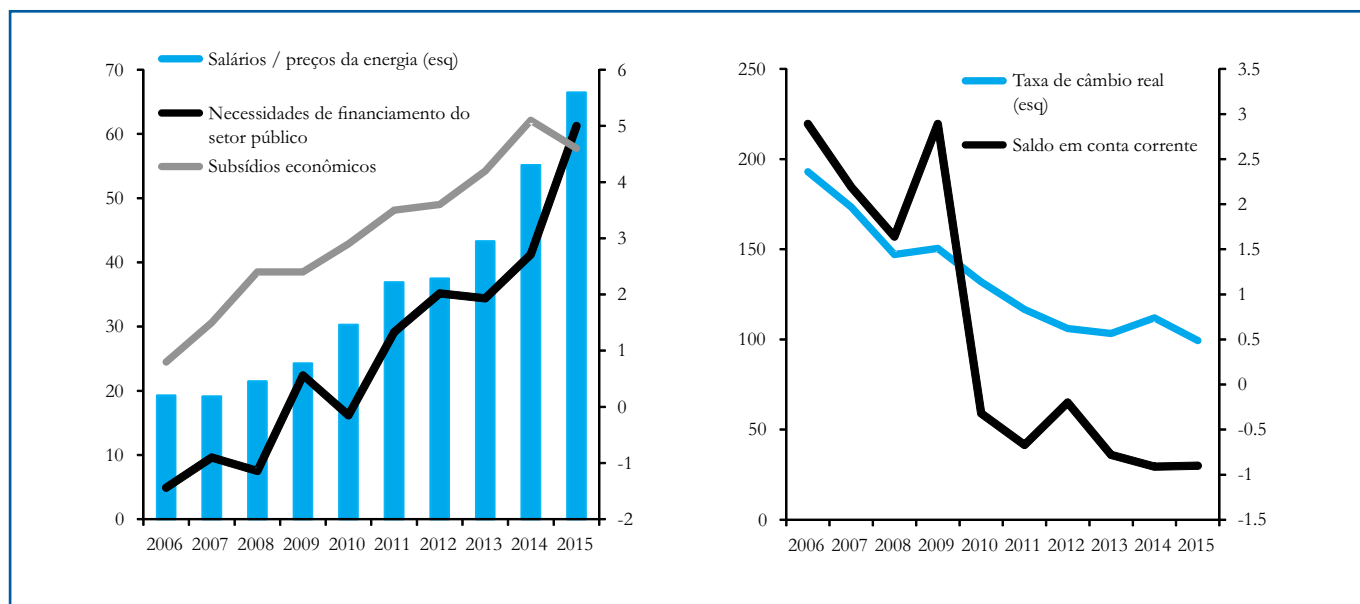
**GRÁFICO 1**  
PREÇOS EM CAMINHOS DIVERGENTES



Fonte: Elaboração própria, com base no Indec e estimativas privadas.

## GRÁFICO 2

## PREÇOS RELATIVOS E FRAGILIDADE FISCAL E EXTERNA



Fonte: Elaboração própria, com base no Indec e estimativas privadas.

tos percentuais do PIB. A trajetória da taxa de câmbio, por outro lado, estava se refletindo no desaparecimento do superávit em conta corrente. Tal fato poderia parecer pouco preocupante, já que o superávit da conta corrente não era expressivo. Mas é preciso considerar dois agravantes. Por um lado, o superávit desapareceu em um contexto em que os termos de troca tinham atingido níveis recordes, e, por outro, a fragilidade dos direitos de propriedade, juntamente com a perda de credibilidade causada pela distorção das estatísticas oficiais, havia provocado uma forte saída de capitais, que em 2011 registrou recordes históricos. Nesse sentido, o maior problema na balança de pagamentos era o déficit na conta de capital.

Um aspecto adicional que começava a ficar claro em 2011-2012 é que, embora as políticas tenham sido bem-sucedidas na promoção do consumo – em dez anos, a taxa de consumo subiu 8 pontos percentuais do PIB –, elas ficaram longe de se reverter em um aumento do investimento. Pelo contrário, o oposto aconteceu. A taxa de investimento começou a evoluir abaixo de 20% do PIB, enquanto que o investimento estrangeiro direto tendia para mínimos históricos, de tal maneira que os fluxos direcionados à Argentina colocavam o país abaixo de economias menores da região.

Tanto a queda do investimento quanto a fuga de capitais estavam intimamente ligados à deterioração do clima de negócios ocorrida em decorrência de diversos aspectos da política econômica. Em primeiro lugar, a política de proteção do mercado interno se fez por meio de intervenções discricionárias no comércio exterior. Foram utilizadas declarações antecipadas de importação e obstáculos à exportação tanto quantitativos – cotas, ROE (Registros de Operações de Exportação) – como por meio de impostos (retenções sobre as exportações agrícolas). Em segundo lugar, alguns instrumentos com finalidade redistributiva envolveram mudanças nos direitos de propriedade, entre os quais se destaca o caso da compra da YPF e a nacionalização dos fundos de previdência. Em terceiro lugar, a Carta do Banco Central foi alterada de modo a permitir o financiamento monetário do déficit fiscal, o que levou ao estabelecimento de um regime de dominância fiscal que não fez nada mais do que contribuir para que as expectativas de inflação se consolidassem em patamar bem acima dos 20%, e que, nos últimos anos, estiveram oscilando em torno dos 30%.

## AS RESPOSTAS POLÍTICAS AOS DESEQUILÍBRIOS

Dada a evidência de que a economia estava começando a trilhar um caminho dinamicamente instável, a lógica econômica indicava a necessidade de se fazer correções nas variáveis que estavam causando os desequilíbrios: a expansão do gasto público, a distorção de preços relativos e o clima de investimento. Mas foi nesse momento que o governo optou pelo voluntarismo. Os dois principais instrumentos por ele utilizados foram – e permanecerão assim até que haja uma mudança de governo – o “cepo”<sup>1</sup> cambial e a dominância fiscal.

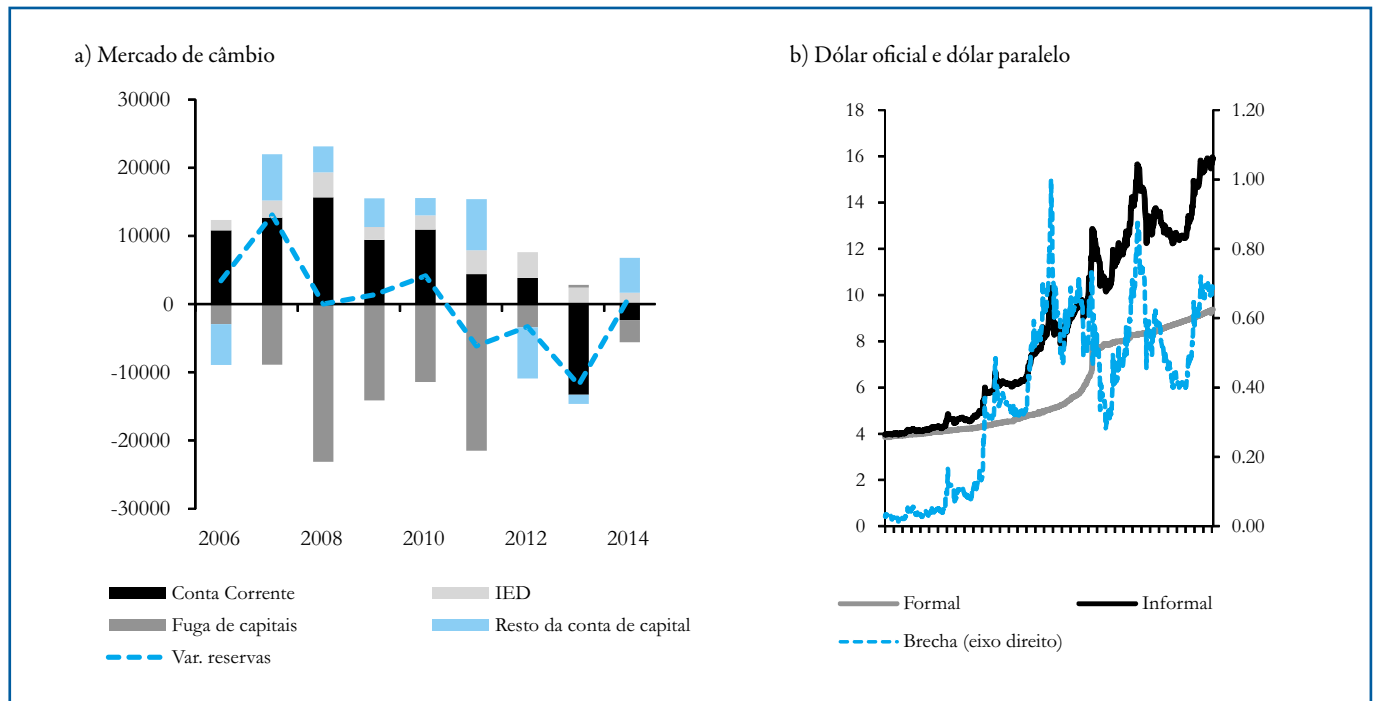
Até o final de 2011, implementou-se o “cepo” à demanda de divisas, caracterizado, fundamentalmente, por um controle cambial rígido sobre as importações e o pagamento de dividendos ao exterior. Três fatos ocorreram logo após a imposição do “cepo”. O primeiro é que as operações que não são executadas no mercado oficial são feitas no paralelo, de modo que apareceram várias cotações para a moeda estrangeira. O segundo é que,

diante dos sinais de um mercado com excesso de demanda permanente, o setor privado procurou maneiras cada vez mais criativas para a fuga de capitais. O terceiro é que, ao se restringirem as compras externas, o nível de atividade foi impactado negativamente: a atividade econômica encolheu 4% desde o momento de implementação do “cepo” cambial, e a indústria, 8%. A recessão induzida pela restrição externa foi particularmente forte (lembramos de que a economia estava crescendo a taxas acima de 5% em 2010-2011), porque a política salarial permaneceu expansiva, mesmo com um dólar defasado.

Nesse contexto de queda da taxa de câmbio real, cada aumento dos salários corresponde a um novo ajuste para baixo nas importações, porque se agrava o excesso da demanda por dólares, e isso repercute negativamente sobre o nível de atividade. Isto é, por um lado, o governo promove o consumo e, por outro lado, faz cair a oferta global. Nem é preciso dizer que o excesso de demanda por bens e serviços também pressiona a inflação, e o excesso de demanda por dólares resultou em um fosso crescente entre o dólar oficial e o paralelo (ver **Gráfico 3**).

### GRÁFICO 3

#### O “CEPO” CAMBIAL E SEUS EFEITOS

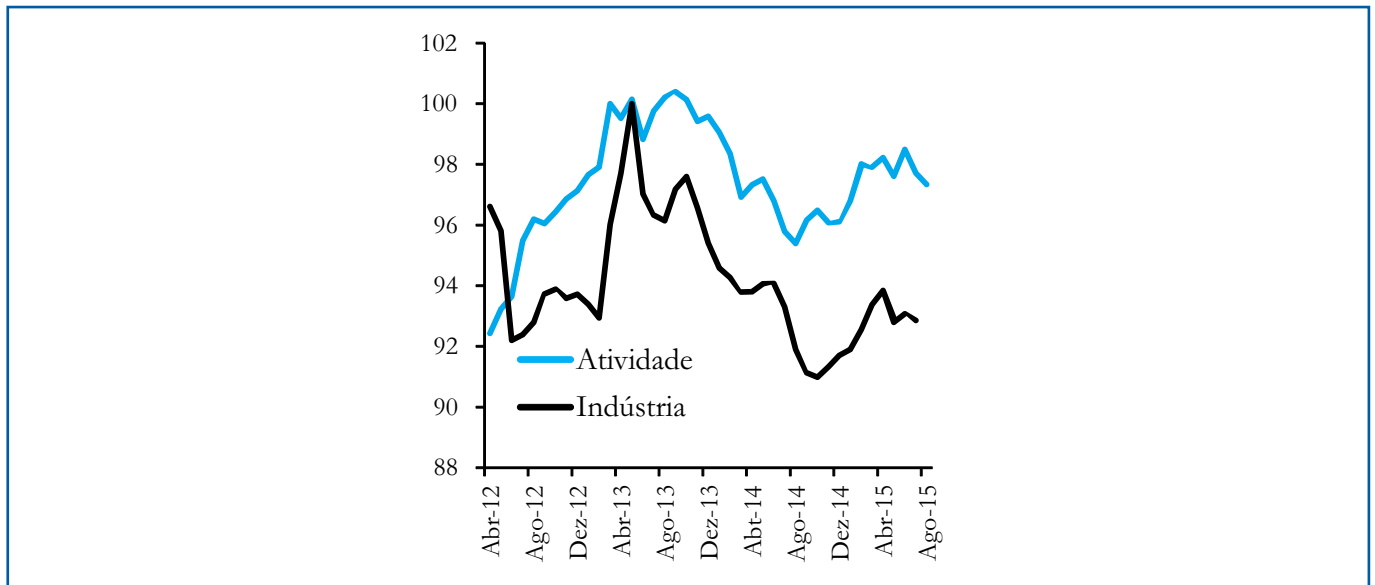


Fonte: Cálculos baseados em dados do BCRA.

<sup>1</sup> Em espanhol, “cepo” designa um instrumento ou artefato cuja finalidade é imobilizar, reter ou segurar uma pessoa, animal ou objeto. “Cepo” cambial foi a denominação dada na Argentina ao conjunto de medidas adotadas pelo governo para restringir o acesso ao mercado oficial de divisas (Nota do tradutor).

GRÁFICO 4

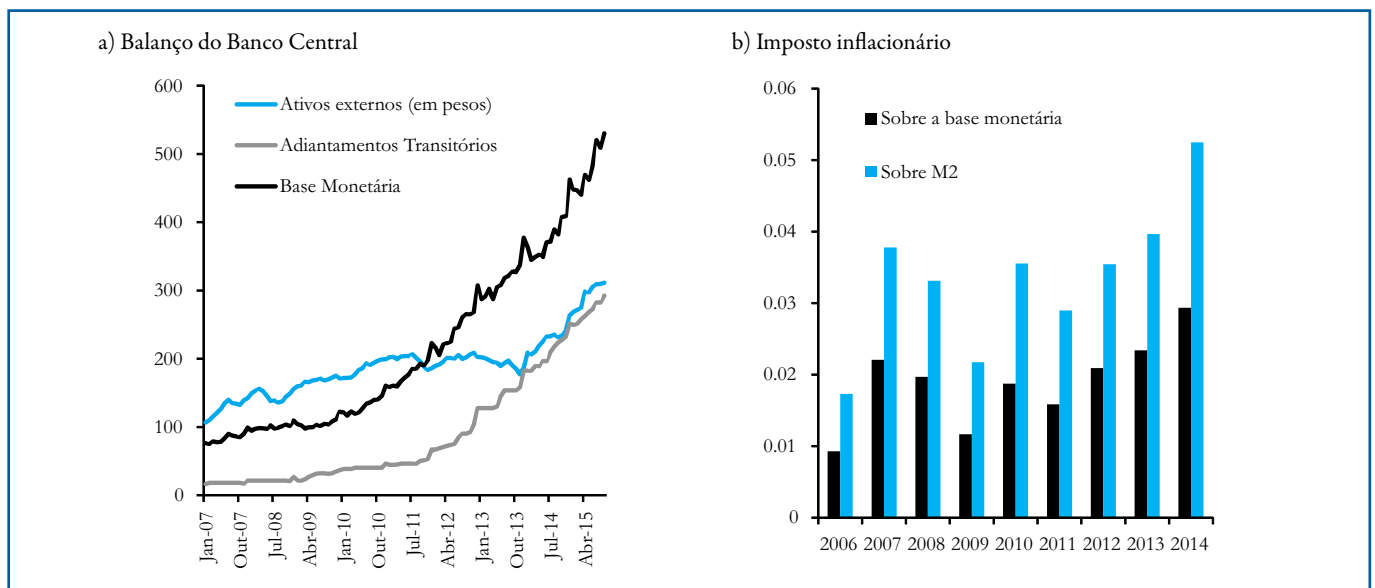
A ESTAGNAÇÃO DA ECONOMIA



Fonte: Cálculos com base no INDEC e estimativas privadas.

GRÁFICO 5

A MONETIZAÇÃO DO DÉFICIT FISCAL E SEUS EFEITOS



Fonte: Elaborado com base no BCRA e estimativas privadas.

Nestas circunstâncias, configurou-se um quadro de inflação com recessão. A economia não cresce há quatro anos e a inflação é de, pelo menos, 25% ao ano (Gráfico 4). Entre a lógica da economia e o voluntarismo, a lógica ganha aqui, porque não se pode consumir o que não existe.

A dominância fiscal surge pela necessidade de financiar o déficit por meio da emissão monetária. Recorrer ao imposto inflacionário (muito na moda até os anos 1980) foi uma das características desse período. Mas, além disso, a emissão monetária orientada para financiar as contas pú-

blicas fragilizou severamente o balanço patrimonial do Banco Central. Cada vez há menos divisas para cada peso em circulação, e a situação que o próximo governo herdará é crítica, pois restam muito poucas divisas em relação aos pesos em circulação e às necessidades da economia de manter um mínimo de liquidez externa. As reservas são de cerca de US\$ 26 bilhões, mas descontando-se as obrigações de curto prazo do Banco Central, elas ficam abaixo dos US\$ 10 bilhões (**Gráfico 5**).

## POLÍTICAS CRIATIVAS PARA SE CHEGAR ÀS ELEIÇÕES

Os formuladores de políticas continuarão aplicando com afinco a estratégia baseada na dominância fiscal, no “cepo” cambial e na redução da taxa de câmbio real no tempo que resta até o final do mandato presidencial. A estratégia de “emergência” para evitar que os desequilíbrios fiscais e monetários levem a uma situação manifesta de instabilidade tem dois eixos principais. O primeiro é a utilização das políticas fiscal e monetária para estimular o nível de atividade – em particular, o consumo – até onde seja possível. O segundo é administrar as distorções causadas pelo anterior no curto prazo, utilizando todos os instrumentos disponíveis, inclusive um conjunto diversificado de medidas de intervenção nos mercados, desde a política de Preços Cuidados até o “cepo” às importações e à venda de dólares para a classe média por meio de cotas à “poupança” (em dólares), cujo objetivo é evitar que a brecha cambial continue a crescer.

Além dos detalhes, a verdade é que a brecha externa continuou a aumentar. Por um lado, o superávit comercial continua perdendo terreno e situa-se atualmente em níveis definitivamente menores do que os do ano passado. Na verdade, há indícios de que ele já pode estar ingressando em território negativo, se medido em termos da base de usuários do Indec em vez das estatísticas relativas ao ICA (intercâmbio comercial argentino). Por outro lado, com o início do período em que as liquidações dos exportadores tendem a se reduzir, o Banco Central está com sua liquidez cada vez mais restrita e já se viu obrigado a usar quase todo o montante de um *swap* que pegou com a China por valor de US\$ 11 bilhões para mostrar, assim, um nível de reservas um pouco melhor. Embora a situação seja complexa, não há medidas para reduzir o desequilíbrio monetário, mas apenas para reprimir suas consequências. As duas medidas mais relevantes adotadas foram: a redução do limite para compra

do dólar-poupança (*dolar ahorro*) e outro “aperto” nas importações, o que afeta diretamente o nível de atividade e a inflação. No primeiro caso, por falta de insumos, e, no segundo, porque a escassez gera expectativas de futuro aumento do dólar e, portanto, leva a um aumento nos preços dos insumos importados.

No *front* fiscal, a estratégia é aumentar o déficit fiscal, impulsionado por um déficit primário bem superior ao de 2014, o que ocorre apesar de a queda no preço da energia ter reduzido o custo dos subsídios. Nesse contexto, o governo colocou títulos de dívida no mercado por cerca de 60 bilhões de pesos (cerca de 6 bilhões de dólares). O aumento nas taxas de juros e a absorção dos pesos é funcional ao objetivo de diminuir as expectativas de aumento do preço do dólar. Mas, mesmo quando esses títulos são colocados à venda, a pressão sobre o mercado de câmbio não diminui, pois as expectativas de desvalorização futura são reforçadas na medida em que o mercado percebe que o Banco Central tem cada vez menos liquidez em dólares.

Devido ao gasto público e aos aumentos nos salários, o nível de atividade melhorou um pouco, de acordo com as últimas medições. Mas o financiamento via títulos atua como um fator que provoca queda nos gastos privados. Isso ocorre porque, embora a colocação da dívida seja fundamental para evitar a emissão de ainda mais dinheiro, capaz de colocar mais pressão sobre a inflação e o mercado de câmbio, no momento em que o Tesouro absorve pesos que deveriam ser utilizados para financiar o setor privado, o crédito fica mais escasso e caro, o que não colabora para tirar a economia da sua situação de semiestagnação. Por outro lado, aprofundou-se a estratégia de se sustentar as receitas por meio do aumento do imposto de renda de trabalhadores e empresas, recorrendo-se ao expediente de não reajustar pela inflação os limites de isenção do referido imposto. Assim, enquanto a arrecadação aumenta pouco mais de 30%, o incremento do imposto de renda supera os 40%. A necessidade de agir dessa maneira é, em parte, resultado do fato das receitas dos impostos sobre o comércio exterior terem estagnado devido à defasagem cambial.

A evolução negativa do contexto internacional tampouco fez o governo mudar de rumo. Estão sendo ignoradas mudanças muito importantes nas variáveis que afetam a Argentina. Nesse sentido, são muito relevantes a forte desvalorização do real e a maior aversão ao risco emergente demonstrada pelos investidores devido às dificuldades da China e à possibilidade de o Fed promover um aumento das taxas de juros. Os preços da soja e de outros

produtos agrícolas, por sua vez, vêm perdendo posições, e, ao mesmo tempo, as exportações de automóveis para o Brasil também estão caindo, devido à recessão no país vizinho.

Em suma, esse quadro sugere que é preciso reconhecer a enorme vontade das autoridades de serem voluntaristas e, também, de deixar para o próximo governo a árdua tarefa de ajustar a situação à lógica econômica. A tarefa à frente é complexa: corrigir desequilíbrios no contexto de uma economia que há quase quatro anos está semiestagnada, na qual o setor privado há muito tempo deixou de gerar empregos, o déficit fiscal é elevado, as reservas são muito baixas e a situação internacional não ajuda.

## O QUE VEM POR AÍ

O que vemos é mais ou menos o que sempre acontece quando um período de defasagem cambial se esgota. Provavelmente a única novidade neste filme já passou: foi o esforço realizado pelas autoridades para superar as situações de pressões especulativas com perda de reservas, que ocorreram mais de uma vez desde que o “*cepo*” cambial foi implementado.

O instrumento fundamental que as autoridades terão no curto prazo para sair desse impasse do consumo excessivo e dominância fiscal será a mudança dos preços relativos. Isso sempre ocorreu na Argentina e não parece haver nenhuma razão para que não aconteça novamente em dezembro de 2015. Os dois preços que terão, sem dúvida, os papéis principais serão a taxa de câmbio real e os preços subsidiados pelo Estado em energia e transportes. No caso da taxa de câmbio, isso é necessário para restaurar a rentabilidade do setor *tradeable*, criar oportunidades de investimento para atrair os capitais argentinos que fugiram, assim como o investimento estrangeiro direto, de modo a aliviar a restrição externa. No caso dos subsídios, estes deverão ser corrigidos, pois essa é a forma mais rápida de reduzir o forte déficit fiscal atual. Pode-se pensar em financiar uma parte do déficit para amenizar o ajuste. A repatriação de capital e o investimento estrangeiro também poderiam ajudar. Mas, para conseguir financiamento, deve-se aumentar a credibilidade do governo, e para aumentar a credibilidade... é preciso mostrar que se pode reduzir o déficit fiscal para evitar a dominância fiscal, o que é a condição necessária para poder definir um regime monetário e cambial crível.

Reconstruir a liquidez por meio da competitividade significa, no curto prazo, fazer com que o preço dos

bens comercializáveis suba em relação ao dos não comercializáveis. E isso só pode ser alcançado atualmente com a desvalorização do peso. Esta última questão é precisamente o que torna essa opção tão difícil, e isso por três motivos. O primeiro é que a desvalorização tem efeitos inflacionários e, de acordo com a evidência empírica, quanto maior a inflação, maior o efeito de *pass-through* (repasso da desvalorização do câmbio aos preços). A partir dessa perspectiva, o Brasil ou a Colômbia podem desvalorizar suas moedas com menos efeito inflacionário do que a Argentina. O segundo é que a desvalorização tem efeitos negativos sobre os salários e a distribuição de renda, no curto prazo. O terceiro é que não se pode desvalorizar sem um programa para reduzir as necessidades de financiamento do setor público, de forma a se obter controle sobre a emissão monetária. Desvalorizar e continuar a emitir para financiar o governo só aumentaria o impacto da desvalorização sobre a inflação.

A tarefa de equilibrar a macroeconomia será muito difícil se não fizer parte de um novo pacto de legitimidade para o crescimento. Por isso, provavelmente seria muito útil, em termos políticos, delinear e divulgar de antemão qual será o pacto institucional para o crescimento que irá sustentar a legitimidade da estratégia de crescimento do próximo governo, após 12 anos de um modelo baseado no consumo e quando se sabe que será necessário colocar o investimento e as exportações no centro da cena. Conforme mostrado na experiência da China, é muito difícil mudar as componentes dos gastos, porque, para fazê-lo, é preciso mudar a alocação de recursos e a distribuição de renda. A China está tendo dificuldades em fazê-lo, ainda que a tarefa afigure-se, aparentemente, mais fácil: a China tem que aumentar o consumo em detrimento do investimento e das exportações, e a Argentina precisa fazer exatamente o oposto. Parece ser vital definir as regras do jogo para garantir que a economia comece a crescer e deixe para trás quatro anos de estagnação. Todos serão beneficiados, mesmo que isso implique adiar o consumo. Mas é justamente para gerar esse tipo de credibilidade e de pactos para o crescimento que as instituições são necessárias. Não se trata apenas do clima de investimento. É também uma questão de reduzir os conflitos e alinhar interesses e esperanças.

É necessário, então, recompor as contas fiscais e colocar um freio à perda de divisas. Sem dólares não será possível importar o suficiente para expandir o nível de atividade, e isso terá impacto sobre as receitas e sobre a possibilidade de levar adiante políticas públicas. Haverá problemas para honrar compromissos da dívida, preju-



dicando ainda mais a reputação. E, o mais importante para a governabilidade: se, depois de quatro anos de estagnação, o crescimento não voltar, o emprego continuará estagnado e haverá um clima de tensão social. Sem competitividade, não haverá investimentos para gerar empregos. Portanto, há um primeiro passo a ser dado e os benefícios de tal medida são óbvios: é preciso reconstruir a competitividade para recuperar a liquidez e, assim, ser capaz de explorar as vantagens de o país estar em uma posição de solvência confortável, que pode atrair investimentos de longo prazo. E dizemos posição de solvência confortável porque a Argentina é hoje um país credor do resto do mundo, uma vez que os poupadores têm privilegiado em suas carteiras os ativos no exterior. Superada a falta de liquidez, o grande desafio é internalizar as economias argentinas, canalizando-as para o investimento.

Uma consequência positiva de curto prazo que poderia ajudar de forma significativa é que uma desvalorização iria gerar um forte efeito riqueza para aqueles que estavam acumulando dólares, o que criaria incentivos para gastar. Isso teria o benefício duplo de aumentar a demanda agregada – amortecendo o efeito contracionista da desvalorização – e de atrair dólares para a economia. Esse efeito é uma consequência direta da posição de solvência em dólares demonstrada hoje pelo setor privado. Note-se que não é necessário reconstruir muito a confiança para atrair dólares: o efeito funciona por meio dos preços relativos e, mais especificamente, em decorrência da queda dos salários em dólares.

O caminho da desvalorização e da reconstrução da competitividade não é a única maneira de se recompor a liquidez. Pelo menos em teoria, existem formas alternativas para obter dólares. Com efeito, o próximo presidente pode alimentar certo otimismo em relação a duas coisas. A primeira é se endividar. Buscar-se-ia um acordo com os *hold-outs* de forma a desbloquear o acesso a fundos externos, baixando-se, ao mesmo tempo, o custo do endividamento. Também se poderia apostar na possibilidade de conseguir novos acordos de *swaps*. A segunda é o efeito confiança: o novo governo acaba com a “*cepo*” cambial ou desdobra oficialmente o mercado de câmbio, com um dólar comercial e outro financeiro, mais caro. Isso melhora as expectativas sobre o clima de negócios, estimulando o ingresso na economia dos dólares que os argentinos possuem entesourados no exterior.

Todos esses caminhos estão abertos para reconstruir a liquidez em 2016. O sucesso da nova equipe econômi-

ca vai depender de como combinar essas opções de maneira a obter o melhor resultado em termos de liquidez e investimentos. No entanto, algumas coisas são claras. Se a combinação incluir muito crédito e pouca recomposição da competitividade, será mais fácil no curto prazo, mas não haverá investimentos suficientes, nem crescimento sólido. Uma desvalorização brusca para colocar a taxa de câmbio no seu ponto de equilíbrio seria muito positiva para o setor de bens comercializáveis e para restaurar a liquidez sob bases sólidas. Mas teria efeitos muito fortes sobre a distribuição de renda, e isso poderia criar tensões sociais que poderiam prejudicar o clima de investimento por razões distintas daquelas do período recente. Essa alternativa, é claro, teria uma vantagem no médio prazo, pois é a única com maior potencial para gerar empregos, mas antes de chegar a seu destino teria que passar por um desfiladeiro perigoso.

A história da Argentina mostra muitas situações em que foram utilizadas as duas alternativas – desvalorização e endividamento –, mas de maneira errada, de forma que o país pagou todos os custos sociais da desvalorização, sem aproveitar seus benefícios. A sequência foi simples: no curto prazo, diante da restrição de liquidez e da falta de crédito, o governo se obrigou a desvalorizar de forma sensível. Como resultado, a liquidez se recompõe e os mercados de crédito se abrem novamente. Nesse ponto, em vez de manter uma taxa de câmbio competitiva – complementada-a com políticas de promoção da produtividade –, de modo a fazer com que o crédito e o investimento estrangeiros sejam canalizados para o investimento produtivo, opta-se por defasar novamente a taxa de câmbio para promover o consumo e sentir, por um momento, o prazer de ser popular ... até a próxima crise de liquidez.

A liquidez vai ser reconstruída. A única pergunta é quais serão os custos sociais e qual a magnitude da inflação. E, logo após a superação da atual crise de liquidez, a tentação de endividar uma Argentina líquida e solvente não será menor. Esse cenário cria uma tentação irresistível. Pode-se recorrer a um lugar comum para concluir: a política econômica é mais arte do que ciência. Vamos ver qual será a tendência artística que prevalecerá na próxima etapa.